

## Sem Brasil, transição energética global fica mais difícil<sup>1</sup>

John Denton<sup>2</sup>

O secretário-geral da Câmara Internacional de Comércio (ICC, na sigla em inglês), o australiano John Denton, está no Brasil desde a semana passada para uma série de reuniões com empresários e, neste início da semana, com integrantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Meio Ambiente.

Sediada em Paris, a ICC é uma instituição centenária que representa mais de 45 milhões de empresas em mais de 100 países. Denton tem um discurso afiado em relação a ações climáticas e comércio. Vê semelhanças entre Brasil e Austrália e a forma como empresas dos dois países sentiram impactos negativos produzidos por governos que não se alinhavam bem à agenda climática.

Ele enfatiza o papel do Brasil. “Se o Brasil não se alinhar à ação climática, então a possibilidade de o mundo ter uma transição [energética] ordenada diminuem”, diz. E diz não ver chances de que essa pauta prospere se governos e empresas privadas não caminharem juntos.

Ao falar sobre as restrições que a União Europeia se prepara para impor a commodities ligadas a desmatamento (regras que afetarão o Brasil), Denton afirma que é incorreto ver nessa discussão uma forma velada de protecionismo por parte dos europeus. E que países como Brasil, Indonésia e outros devem contar com ajuda das nações ricas para que consigam elevar os padrões de controle em relação a desmatamento.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

---

<sup>1</sup> Entrevista publicada no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/05/sem-brasil-transicao-energetica-global-fica-mais-dificil-diz-chefe-da-icc.ghtml>. Acesso em: 06 de mar. 2023.

<sup>2</sup> Secretário-Geral da ICC.

**Nos últimos anos, o Brasil esteve em evidência por causa dos recordes de desmatamento. Isso prejudicou a reputação comercial no exterior de empresas baseadas aqui e de produtos feitos no Brasil?**

Quando você fala sobre os desafios, sobre a maneira como o mundo percebe o Brasil, isso envolve o clima. E é algo muito parecido com o que os australianos têm vivido. É interessante. Há um novo governo na Austrália e esse novo governo decidiu reengajar-se nas ações para conter as mudanças climáticas. Porque não há dúvida de que a comunidade empresarial da Austrália estava preocupada com o fato de o país estar atrasado e não empreender uma transição suave para a economia de baixas emissões. E então isso mudou. E, claro, há em muitos aspectos uma analogia à chegada do presidente Lula em sua eleição, com a mudança de perspectiva que o governo Lula traz para o envolvimento do Brasil na ação climática global. E eu acho que em muitos aspectos, isso é parecido com o que aconteceu na Austrália, onde a comunidade empresarial sentiu o risco de desvinculação de muitas cadeias de valor e modelos de investimentos, porque as políticas da Austrália não eram tão favoráveis à ação para a transição energética. Acho que aqui no Brasil é parecido. E claramente há uma oportunidade agora. Uma coisa que vamos falar com o governo é garantir que haja esse engajamento construtivo em uma base global.

**Que papel o Brasil deveria ter na transição energética?**

Eu acho que o Brasil, assim como a Austrália, pode ter um papel muito importante aqui. Vocês são responsáveis e uma economia importante. Se o Brasil não se alinhar à ação climática, então a possibilidade de o mundo ter uma transição ordenada diminuem. O Brasil vai liderar o G-20 no ano que vem e essa é uma oportunidade importante. E é por isso que eu acho que essa ideia do Brasil defender o processo da COP [Conferência da ONU para mudanças climáticas] e tentar realizar a COP30 é muito positiva. Acho que isso demonstrará liderança. E penso que a comunidade global de investimentos está analisando onde coloca seu dinheiro. Esse país apoia a transição? Isso implicará como vamos ajudar? Quer dizer, pode ser uma oportunidade muito interessante. No fim das contas, a transição energética, a importância do ambiente natural... há muitos empregos e oportunidade nisso. E eu detestaria ver o Brasil não extrair valor daquilo que poderia, com o alinhamento das configurações econômicas para apoiar a ação climática para preservar a economia natural e toda essa agenda.

**Um tema que tem levantado algumas dúvidas no Brasil é a regulamentação que a União Europeia está prestes a aprovar e que prevê vetar a entrada de**

**uma lista de commodities produzidas em outros países e que tenham alguma ligação com desmatamento. Essa regra é uma forma velada de protecionismo ou uma preocupação legítima do bloco europeu de não incentivar desmatamento no Brasil e em outros países?**

Em primeiro lugar, o que a União Europeia está de fato protegendo? Eles estão protegendo uma economia florestal por meio das regras de desmatamento? Na verdade, acho que não. Porque se você olha para a natureza da estrutura econômica da Europa, isso não é parte muito importante da estrutura econômica europeia.

**Por que não é importante?**

Porque não é uma porcentagem muito grande da economia. Posso entender que haja um debate mais legítimo sobre o protecionismo quando você tem uma indústria pesada, quando se vê que eles estão protegendo setores ineficientes na Europa. Mas eu penso que em termos das florestas isso está muito longe. Eu acho que há um interesse legítimo. E também um problema de melhoria dos padrões. É realmente legítimo assegurar que haja regras que apoiem a manutenção desse desenvolvimento. Vejo isso mais como uma melhoria de padrão.

**Quais os possíveis impactos dessa nova regulação para países em desenvolvimento?**

O problema que vejo para os países em desenvolvimento é a capacidade deles de atender aos padrões. E isso, penso, é a essência da coisa. Quer dizer, politicamente isso pode ser classificado como protecionismo. Mas não acho que esse argumento vai vencer. O argumento que é mais importante é: como eles [países da UE] vão construir a capacidade juntamente com o Brasil, com a Indonésia, para garantir que os padrões sejam estabelecidos, para que as mercadorias possam fluir? Qual é o sentido do Mercosul quando os produtos não podem entrar na Europa porque não cumprem os padrões ambientais? Portanto, isso precisa ser trabalhado na União Europeia. Como eu disse, não teremos uma transição ordenada sem o Brasil. Então, devemos ajudar o Brasil a cumprir com os padrões exigidos, e não baixar os padrões. Devemos ajudá-los a cumprir com os padrões exigidos para chegar lá. Acho que é uma discussão legítima a se ter sobre a natureza do apoio.

**Uma vez que essa nova regulamentação for adotada, as importações do Brasil, da Indonésia e de outros países ficarão mais caras por causa de toda a due dilligence exigida. Nesse cenário, é de se esperar que algumas companhias**

**européias decidam não importar mais algumas commodities do Brasil ou não importar outras da Indonésia e de outros em razão dos riscos de eles serem associados ao desmatamento e em razão desses novos custos de due diligence?**

Certamente. É por isso que... eu diria que... vamos reconhecer esse risco, o que precisamos fazer para amenizá-lo? Qual é a capacidade que precisamos ter para fazer isso? Qual é o novo sistema que precisará ser implementado por garantir que isso não se torne um imposto sobre as empresas? Na verdade, isso se torna uma maneira mais eficaz de possibilitar o alinhamento com o clima. Portanto, há trabalho a ser feito aí.

**Mas, então, um cenário possível é que algumas empresas europeias decidam passar a comprar mais matéria-prima de países onde os riscos ligados ao desmatamento sejam menores?**

Há um risco. E é por isso que é realmente importante a maneira como a economia brasileira estará alinhada para apoiar a ação climática, que é o que esse governo está prometendo. Mas você não pode fazer isso sozinho. O governo precisa trabalhar com as empresas. Existem os chamados Padrões Nacionais Determinados [NDCs em inglês, as metas de cada país para reduzir as emissões de gases que provocam o aquecimento global], que é parte do processo da COP. Queremos ver os NDCs do Brasil mais altos do que eles prometeram fazer. Mas eles só podem fazer isso se envolverem o setor privado. Acho que a maneira de se fazer isso é desenvolver modelos de apoio. Porque, no fim das contas, o setor privado tem o know-how, a engenhosidade e a inovação, e também a maneira como você poderá financiar tudo aquilo. Portanto, é preciso trazer tudo isso para a discussão. Espero que esse seja um dos sinais a serem emitidos pelo governo enquanto eu estiver aqui para falar sobre as questões ambientais: sua disposição de se envolver com o setor privado. E ouvi hoje [sexta-feira], em uma discussão com CEOs brasileiros, sobre a formação de um novo conselho que incluiria o setor privado. O que quero dizer é: mostre-me um problema global que possa ser resolvido sem o setor privado! Portanto, o setor privado precisa fazer parte do desenho de como vai ser essa transição energética, a maneira como o ambiente poderá ser preservado para garantir que o Brasil possa operar totalmente na economia global, e não apenas na economia europeia.

**Há uma tendência crescente de imposições de restrições comerciais a países que não possuem regras ambientais e climáticas responsáveis?**

O ICC está na vanguarda para garantir que as políticas comerciais e climáticas realmente apoiem uma à outra, porque há um risco de atritos aqui. E isso é algo

em que estamos trabalhando com muito cuidado e com muita força com a diretora-geral da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala. No fim das contas, não se pode ter uma ação sobre metas de desenvolvimento sustentável aqui, uma ação sobre o comércio no meio, e uma ação sobre o clima acolá. Elas não estão separadas da perspectiva dos negócios, elas estão todas interligadas. Do ponto de vista dos negócios, não podemos comercializar se não tivermos um planeta que realmente funcione. Não podemos negociar a menos que tenhamos de fato metas de desenvolvimento sustentável que estejam sendo cumpridas, porque os níveis de desigualdade tornam muito provável a agitação civil e reações políticas. Portanto, precisamos alinhar todas essas coisas e há coisas que podem ser feitas.

### **Países que não cumprirem padrões climáticas perderão oportunidades no mercado mundial?**

O que está acontecendo é que as empresas estão sendo forçadas. Mas também entendo que elas precisam incorporar tudo isso em seus modelos de negócios, para garantir sua resiliência e que elas sigam em frente. O difícil, francamente, não são as grandes empresas, que possuem os recursos para fazer isso. São as pequenas e médias empresas. E é aí que a ICC desempenha um papel crucial. Estamos até criando ferramentas para ajudar as pequenas e médias empresas a se alinharem à ação climática, porque estamos preocupados que se elas não fizerem isso, não poderão participar de algumas cadeias de valor que serão criadas, porque não terão como atender aos padrões. Então, vamos mostrar as tendências de forma transparente, o que elas estão fazendo, E é isso que estamos tentando fazer. Estávamos até pensando se deveríamos certificar isso do ponto de vista da ICC.

### **Voltando a falar sobre o Brasil: quais são as principais preocupações que o senhor ouve de empresários que atuam no país?**

Acho que uma perspectiva sobre o quadro econômico é o principal tema, que é o que realmente vai garantir que o Brasil continue encontrando meios de ser competitivo para que as empresas brasileiras possam disputar espaço e possam se envolver com o mundo globalizado. O perigo nas economias mais fechadas é a ineficiência. Mas também pesa a falta de competitividade que toma conta do modelo em que as empresas operam. As empresas brasileiras são capazes de se voltar para o exterior em busca de crescimento. Mas para isso elas precisam ser muito eficientes, o que exige um mercado competitivo aqui para permitir essa economia de mercado inclusiva, que é tão boa para o desenvolvimento. E acredito que esse seja o tipo de estrutura entendido pelo governo Lula. Para o desenvolvimento ocorrer, os mais necessitados precisam ser trazidos à tona,

precisamos ter uma economia de mercado inclusiva que funcione efetivamente. E isso exige que você esteja procurando constantemente meios de melhorar a competitividade.

**Em meio a essa discussão sobre competitividade, o Mercosul e a União Europeia estão tentando fechar um acordo comercial...**

Isso elevará os padrões, elevará os padrões. Esse é o maior acordo comercial que a União Europeia já entrou. O Brasil está muito bem colocado para isso. Não é reabrir as negociações porque politicamente acho que isso é bastante desafiador. Acho que fazê-lo funcionar é a questão-chave.

**Uma avaliação do senhor sobre as tensões entre EUA e China. Quais consequências essas discordâncias podem produzir?**

A verdade é que existem algumas tensões reais e os contornos dessas tensões estão ficando mais claros. A verdade é que a competição entre Estados Unidos e China está aumentando e o que vem acontecendo como consequência é uma mudança na forma como nós entendemos o que é a base do comércio global. Os Estados Unidos estão operando de uma forma muito mais articulada em termos de política industrial. Antes, o que era possível perceber era que o comércio se dava em bases de vantagens comparativas. Agora isso está muito mais tingido ou ofuscado por questões de geo-segurança ou por questões de segurança econômica. Como lidar com esse quadro? Essa é a questão. O Brasil está claramente enviando um sinal de que se recusa assumir um lado nesse debate. Isso é OK. Mas eu entendo que como toda a economia nós precisamos entender que a melhor forma isso é garantir que existem regras multilaterais estabelecidas, que funcionem. O Brasil é uma potência importante. A Austrália é importante. Mas nós não somos super potências, nós dependemos de um sistema multilateral que funcione de forma efetiva no âmbito da cooperação global. Podemos ver os contornos de uma divisão do ponto de vista tecnológico entre os que são pro- Huawei e os anti-Huawei. E isso não é do interesse de ninguém.

**Por fim, a guerra entre Rússia e Ucrânia. Qual é a posição que o ICC tem adotado desde o início do conflito?**

Nós emitimos um posicionamento 24 horas depois da invasão ilegal da Ucrânia e conclamamos a Rússia a se retirar e condenamos a ação. Porque, do ponto de vista dos negócios, se nós não temos regras claras, às quais todos estão submetidos, incluindo o respeito e o cumprimento das leis, nossa capacidade de funcionar como uma economia global fica reduzida. Isso enfraquece a

efetividade das operações empresariais, o que compromete também as operações das empresas na ponta. Então nós entendemos que o que está acontecendo é muito ruim e precisa ser condenado de forma muito enfática. E nada disso estaria acontecendo se a Rússia não tivesse invadido a Ucrânia. Eu estive em Kiev em julho do ano passado e vou voltar em março. Uma parte muito importante do nosso trabalho é manter a iniciativa privada funcionando na Ucrânia.

### **Há uma fatia significativa de empresas na Ucrânia que continua operando?**

Eu diria que a frente econômica é muito importante, 50% do setor privado ainda está funcionando lá. Nós estamos trabalhando para manter a câmara de comércio operando no país. Porque as pessoas não conseguem transportar produtos pela fronteira sem o certificado de origem. Na nossa visão sem uma economia forte, a capacidade da Ucrânia de continuar resistindo será reduzida. O secretário geral da ONU, António Guterres, criou um grupo para crises globais que envolve o comando do FMI, do Banco Mundial e da qual eu também faço parte como representante do setor privado. Então nós demos início e ajudamos a desenvolver a ideia de um acordo pelo mar Negro e isso tem sido importante para o Brasil por causa dos fertilizantes. Havia uma questão crítica relacionada ao preço dos alimentos. E a ideia foi criar condição para permitir a queda nos preços. De um lado, uma forma de se fazer isso foi permitir que trigo e girassol pudessem ser transportados a partir da Ucrânia. Mas os carregamentos de fertilizantes teriam de passar pela Rússia e por Belarus. O Brasil e países do oeste africano dependem fortemente desses insumos. Então, de alguma forma graças a atuação do ICC, foi possível melhorar as perspectivas da agricultura e da economia de modo geral.